

Nos termos do Decreto-Lei n.º 338/79, de 25 de Agosto, e do Decreto Regulamentar n.º 13/78/A, o Governo Regional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — São criados os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, estabelecimentos de ensino públicos, na dependência da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Art. 2.º — 1 — Os Conservatórios Regionais acima referidos terão por objecto o ensino da música a nível primário, secundário preparatório e secundário, dando aos seus alunos formação artística de base, com carácter profissionalizante, e preparando-os para ingressar no ensino superior do respectivo ramo.

2 — Os Conservatórios Regionais deverão apoiar a formação de professores do ensino básico e secundário no domínio da sua especialidade, nomeadamente pela organização de cursos e outras actividades de actualização pedagógica.

3 — Os Conservatórios Regionais poderão desenvolver actividades de iniciação para alunos de idades inferiores às de ingresso nos cursos regulares, bem como cursos livres, na medida em que disponham de condições materiais e humanas para a sua realização.

4 — Poderão ser criadas nos Conservatórios Regionais secções de dança, por despacho do Secretário Regional de Educação e Cultura, que definirá o respectivo regime de funcionamento.

5 — Os Conservatórios Regionais deverão apoiar as bandas, grupos corais e outras actividades de cultura popular no domínio da música, nomeadamente pela organização de cursos de férias e de actualização para regentes e mestres de música daquelas agremiações.

Auditório Camões, 13 Março 2020
18h00

Intervenções

Doutora Isabel Albergaria Sousa, presidente do conselho executivo

Doutor João Bosco Mota Amaral, antigo presidente do Governo Regional dos Açores

Dr. Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Momento Musical

Anónimo do séc. XVI (Cancioneiro de Elvas)

Se do mal que me quereis

Vitorino (n. 1942)

Queda do império (arr. Paulo Lourenço)

Fernando Lopes-Graça (1906-1994) / José Gomes Ferreira (1900-1985)

Acordai

Coro | Direcção: Prof.^a Cármen Subica

Johann Simon Mayr (1763-1845)

La Lodoiska

Francisco de Lacerda (1869-1934)

Almourol

Orquestra sinfónica | Direcção: Prof. Amâncio Cabral

Sergei Prokofiev (1891-1953)

Romeo and Juliet (arr. Johan de Meij)

Introduction: The Montagues and Capulets

IV – *At Friar Laurence's*

VI – *The Montagues and Capulets*

Orquestra de sopros | Direcção: Prof. Roberto Martins

Sou deste lugar

Isabel Albergaria Sousa

Presidente do Conselho Executivo do
Conservatório Regional de Ponta Delgada

Sou deste lugar, como todos os professores, alunos, encarregados de educação e colaboradores do Conservatório Regional de Ponta Delgada, de ontem e de hoje.

Esta escola tem a força da arte, o mistério da beleza e o ímpeto da criação. Quebra barreiras, embala sonhos, enfrenta desafios. Esta escola tem como marca de água a relação íntima entre trabalho e expressão musical, orgulhosamente exibida por uns, distraidamente escondida por outros.

Em retrospectiva, fizemos um caminho muito solitário, mas persistente e positivo, pela mão de todas as Presidentes do Conselho Executivo que me antecederam nestes quarenta anos: Maria Teresa Rodrigues, Maria Natália Silva, Susana Carvalho e Ana Paula Andrade.

Hoje, eu e a minha equipa - Maria Rita Medeiros e Roberto Martins - renovamos o compromisso de zelar respeitosa e carinhosamente pelo maior Conservatório dos Açores, posicionando-o como referência no desafiante meio musical contemporâneo.

A ampliação do espaço físico e da oferta formativa, para alunos e professores, são as necessidades mais elementares.

A identidade deste Conservatório, e dos outros dois conservatórios regionais, reclama legislação própria e adequada, cuja adopção já tarda. Para mais, esta legislação é permitida pelas competências regionais em matéria de educação, tendo em conta a natureza específica da organização curricular e administrativa do ensino artístico, com problemas distintos do ensino regular.

A celebração dos quarenta anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada como escola de ensino público é um momento de alegria e de justificado orgulho, mas também de público e reconhecido agradecimento a todos os que fizeram do Conservatório uma escola que ocupa um lugar único no sistema de ensino regional e que acolhe um enorme carinho por parte da sociedade açoriana.

Juntos, enquanto músicos e promotores do conhecimento musical, temos um objectivo a cumprir: perseguir a música, na plenitude da sua dimensão artística e social.

Cada um de nós pode dizer, como Adília Lopes: “Sou deste lugar/como as árvores/e as casas”.

O Conservatório Regional de Ponta Delgada como Escola Oficial de Ensino Especializado da Música

Isabel Albergaria Sousa

Na ilha de S. Miguel, os primeiros passos na institucionalização do ensino da música remontam ao final da década de cinquenta do século XIX, com a Sociedade Propagadora de Música Vocal, cuja actividade cessou na década seguinte. Não obstante a vivência musical da sociedade micaelense, protagonizada pelo Teatro Micaelense, a partir de 1864, pelo Coliseu Micaelense, inaugurado em 1917, pela música em contexto doméstico e pelas múltiplas expressões musicais populares, a notícia de uma escola de música surge somente em 1922, com a Academia Musical de Ponta Delgada. Esta instituição particular de ensino da música, que oferecia, inicialmente, formação num restrito leque de instrumentos, teve um papel preponderante na cultura musical micaelense, sobretudo a partir da década de quarenta, quando se consegue estabelecer de forma estável e regular.

Em 1964, a Academia Musical transforma-se em Conservatório Regional de Ponta Delgada¹ – permanecendo, de resto, “uma instituição de tipo associativo e de carácter particular”, com paralelismo pedagógico com o Conservatório Nacional – a casa mãe do ensino especializado da música em Portugal.² O alvará n.º 1769, de 24 de Julho de 1965, emitido pela Inspecção Superior do Ensino Particular, do Ministério da Educação Nacional, autoriza o funcionamento do Conservatório Regional de Ponta Delgada com a natureza de estabelecimento de ensino particular, podendo receber 196 alunos e ministrar o ensino artístico (curso geral do Conservatório), de acordo com os planos de estudos e programas oficiais, tendo como directora Maria Teresa Oliveira Rodrigues.

Passados catorze anos, em 1978, já nos alvares da Autonomia Regional, o Governo Regional assume o Conservatório de Ponta Delgada e a Escola de Música da Academia Musical da Ilha Terceira como dois pólos de uma mesma instituição - o Conservatório Regional dos Açores³ - solução que se revelaria pouco razoável, pelos

¹ Cf. Acta de n.º 72 de 15 de Junho de 1964, *Livro de Actas da Academia Musical de Ponta Delgada e do Conservatório Regional de Ponta Delgada*, fls. 12 e 13.

² Cf. “Estatutos e Planos de Estudos do Conservatório Regional de Ponta Delgada”, art.º 1.º, cap. 1, Acta da sessão da Assembleia Geral de 21 de

Fevereiro de 1964, *Livro de Actas da Assembleia geral*, fls. 5 a 9 v.

³ O Conservatório Regional dos Açores foi criado pela Resolução n.º 2/1978, de 28 de Janeiro, do Governo Regional dos Açores, por transformação do Conservatório Regional de Ponta Delgada e da Escola de Música da Academia Musical da Ilha Terceira, então instituições privadas. Muito embora esta

“condicionalismos próprios da insularidade”,⁴ dando origem, em 1980, aos Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo como estabelecimentos independentes de ensino oficial da música.

Em pleno rescaldo do grande sismo de 1 de Janeiro de 1980, o Conservatório Regional de Ponta Delgada, assim como o congénere terceirense, passam a ser escolas oficiais de Ensino Especializado da Música pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A, de 13 de Março.⁵ Diferentemente dos diplomas que instituíram os restantes conservatórios e escolas oficiais do ensino da música em Portugal, aquele Decreto Regulamentar sublinha o apoio dos Conservatórios Regionais às “bandas, grupos corais e outras actividades de cultura popular no domínio da música (...)”,⁶ reconhecendo-se, deste modo, a importância destas manifestações musicais na sociedade açoriana e confiando aos conservatórios o incremento dessas manifestações, como forma de as preservar. Assim, o Conservatório de Ponta Delgada é criado sob uma dupla singularidade: a autonomia administrativa e pedagógica conferida pela oficialização do

ensino artístico da música, e a função de agente cultural com responsabilidade social e patrimonial.

O Governo Regional dos Açores incumbia, assim, os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo de alargarem o âmbito da sua actuação e formação para além do espaço formal da escola, traçando uma clara orientação de política educativa que se mantém até ao presente, num propósito reconhecido e transversal a toda a comunidade educativa do Conservatório Regional de Ponta Delgada.

No decorrer destes quarenta anos de actividade, o Conservatório Regional de Ponta Delgada aumentou consideravelmente o seu corpo docente e a sua oferta formativa, afirmando-se no contexto musical e pedagógico local, regional e nacional. Actualmente tem 580 alunos, 57 docentes e 28 colaboradores. Disponibiliza cursos na área de Instrumento, Canto, Formação Musical e Composição. Tem duas orquestras de sopros, uma orquestra de cordas e uma orquestra sinfónica, um coro de câmara e vários coros, incluindo um coro infantil com crianças dos 3 aos 5 anos de

Resolução tenha integrado a secção da Horta no Conservatório Regional dos Açores, o Conservatório Regional da Horta apenas vem a ser criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 22/89/A, de 26 de Junho.

⁴ Cf. Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A, de 13 de Março.

⁵ Pelo mesmo decreto é criado o Conservatório Regional de Angra do Heroísmo, na cidade de Angra do Heroísmo – ilha Terceira.

⁶ Cf. Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A, de 13 de Março.

idade. Colabora frequentemente com todas estruturas musicais da ilha de S. Miguel, de forma directa ou indirecta.

Desde 1980 que o CRPD é a única instituição oficial de ensino da música na ilha de S. Miguel. Nos últimos anos têm surgido outras instituições de ensino, um pouco por toda a ilha, de carácter associativo ou particular, funcionando como importantes pontes para o Conservatório, para onde canalizam os alunos com perfil adequado à frequência de uma escola de ensino especializado da música.

Ao invés dos seus congéneres de Angra do Heroísmo e da Horta,⁷ o CRPD é uma unidade orgânica sob a tutela da Secretaria Regional da Educação. Esta autonomia fornece as condições para a sobrevivência de uma identidade que invoca a memória musical e o património cultural da ilha de S. Miguel, e que se impõem preservar com as necessárias adaptações à realidade actual.

O ensino do órgão, dos instrumentos de sopro e da viola da terra no Conservatório

Isabel Albergaria

O Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A, de 13 de Março desafiava os Conservatórios regionais, enquanto instituições de ensino especializado da música, a apoiarem as manifestações musicais mais significativas da Região Autónoma dos Açores, designadamente as bandas filarmónicas, a música popular e os grupos corais.

No caso do Conservatório Regional de Ponta Delgada, esse apoio traduziu-se na implementação gradual de uma prática curricular em áreas específicas como a viola da terra, os instrumentos de sopro não leccionados antes de 1980 e comuns nas bandas filarmónicas, e o órgão, instrumento indissociável da música sacra interpretada pelos grupos corais. Em jeito de retrospectiva, cabe aqui uma sucinta apresentação do percurso dessas três áreas que hoje se encontram orgulhosamente consolidadas neste Conservatório.

⁷ O Conservatório de Angra do Heroísmo integra a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba desde 2005 (Cf. Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2005/A, 7 de Julho) e o Conservatório Regional

da Horta passa a integrar a Escola Básica e Integrada da Horta a partir de 2011 (Cf. Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2011/A, de 10 de Agosto).

Órgão

Isabel Albergaria

Na década de oitenta do século XX, o Governo Regional dos Açores deu início ao seu plano de restauro dos órgãos das igrejas açorianas. Para tal, inúmeros esforços foram desenvolvidos não só na dimensão do restauro,⁸ mas também do ensino – criação de classes de órgão nos Conservatórios Regionais para formação de organistas – e ainda da divulgação, proporcionando uma agenda de concertos e de outros eventos em torno dos órgãos restaurados. Em resultado disso, iniciaram-se as classes de órgão nos Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, em 1988, com Domingos Peixoto e Gustaaf van Manen, respectivamente. A classe de órgão do Conservatório Regional da Horta iniciou-se mais tardiamente, no ano lectivo 1995/1996, com Olga Lysa.

Ao contrário da classe de órgão do Conservatório Regional de Ponta Delgada, cujo funcionamento tem sido linear e crescente, com cerca de 260 alunos desde 1988 até 2019 (22 terminaram o 5.º grau, 6 concluíram o curso secundário de órgão e 4 ingressaram em cursos superiores de órgão), a classe de órgão do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo manteve-se cerca de dez anos de forma intermitente,

com uma média na ordem dos vinte alunos. A classe de órgão da Horta, embora reduzida, ainda permanece em funcionamento. Também na ilha Graciosa se introduziram as aulas de órgão na Academia Musical, em sistema de curso livre (por módulos), da responsabilidade de António Duarte, até 1999.

Todas realizavam as suas aulas nos órgãos das igrejas que disponibilizavam o seu espaço e o órgão para o efeito, porquanto não possuíam instrumento próprio nas suas instalações. Os alunos de órgão do Conservatório Regional de Ponta Delgada, a cujo grupo tenho a honra de ter pertencido, tinham aulas na Igreja do Carmo, em Ponta Delgada, e faziam os respectivos exames na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Lagoa, contactando, por força das circunstâncias, com dois importantíssimos órgãos de concepções completamente distintas, um órgão português de 1794 (Joaquim António Peres Fontanes), e um órgão alemão de 1886 (Erhard &...), respectivamente. A classe formada por Ana Paula Andrade foi posteriormente assegurada por Cristiana Spadaro, à qual me juntei a partir de 2003/2004, formando-se assim duas classes de órgão.

Actualmente, o Conservatório dispõe de três órgãos nas suas instalações, dois construídos pelo organeiro Dinarte

⁸ Ver Dinarte Machado e Gerhard Doderer, *Inventário dos Órgãos dos Açores*, Presidência do Governo

Regional dos Açores/Direcção Regional da Cultura, 2012.

Machado (1997 e 2010) e outro da empresa alemã/austriaca Walcker, adquirido em 2018, em virtude do crescente número de alunos.

Além destes instrumentos, os alunos beneficiam regularmente do contacto com os órgãos históricos da ilha, mantendo desta forma a imprescindível relação com os instrumentos históricos, numa postura de ética patrimonial, um importante pilar de qualquer sistema de ensino.

Instrumentos de sopro

Ana Gaipo

O ano de 1977 assinalou, para a história do Conservatório Regional de Ponta Delgada (CRPD), o início de um novo percurso da primeira instituição de ensino vocacional da música da Região.

Motivado por dificuldades financeiras prolongadas e para que a instituição não encerrasse, o conselho administrativo em exercício de funções decidiu entregar o Conservatório ao Governo Regional dos Açores. Considerou ser a mais adequada medida de conduta que garantiria a continuidade e a longevidade da instituição. Consumado o primeiro passo, em 1978, a instituição toma a nova designação de Conservatório Regional dos Açores, constituindo-se de duas seções com sede em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo,

ambas administradas pela então designada comissão instaladora, presidida por Maria Teresa Oliveira Rodrigues. Deste modo, foi possível assegurar a institucionalização do ensino da música na Região. Em 1980, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A de 13 de março, são concebidos dois estabelecimentos de ensino público de nível preparatório e secundário: os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, ambos sob dependência da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Salvaguarda, ainda, este Decreto Regulamentar que, não obstante o funcionamento autónomo de cada instituição, deverão estes Conservatórios manter “(...) estreita colaboração entre eles no domínio pedagógico”. Era principal intuito que estas instituições oferecessem “(...) aos seus alunos formação artística de base, com carácter profissionalizante, e preparando-os para ingresso no ensino superior do respectivo ramo”. Não obstante, a recém emergente legislativa integra novas considerações a vigorarem no âmbito do ensino artístico da música. Estas enunciam-se pelo disposto no n.º 5 do seu artigo 2.º do Decreto Regulamentar, o qual prevê que as mesmas apoiem “(...) as bandas, grupos corais e outras atividades de cultura popular no domínio da música, nomeadamente pela organização de cursos de férias e de actualização para regentes e mestres de música daquelas agremiações”. No

cumprimento desta demanda têm início, no ano letivo de 1979/80, os primeiros cursos de instrumentos de sopros: flauta transversal, trompete, clarinete e saxofone. Deste modo, para além do canto, piano, violino, violoncelo e flauta de bisel, ampliou-se a oferta instrumental do Conservatório Regional de Ponta Delgada. O corpo diretivo do Conservatório de Ponta Delgada tomou, como medida iminente, informar todas as filarmónicas da ilha sobre o currículo disponível e a gratuitidade de frequência para executantes provenientes de bandas civis. Exerceram a docência das primeiras classes destes instrumentos músicos profissionais da Banda da Zona Militar. Embora com um número reduzido de alunos em cada classe, até ao final da primeira década abriram ainda classes de bombardino, trompa ou clavicorne e trombone. O apoio do Conservatório às filarmónicas estendeu-se, ainda, através da criação de cursos de formação para regentes, a funcionar nos anos de 1981 e 1982. Estes foram ministrados pelos professores de sopro de bocal e palheta do Conservatório Regional de Ponta Delgada, Francisco Paquete e Manuel Simões, respetivamente. As suas experiências enquanto músicos da Banda da Zona Militar dos Açores e regentes de bandas civis, conferiam-lhes o conhecimento e a experiência necessários para o projeto. No primeiro ano da sua implementação, deslocaram-se às sedes de

todas as filarmónicas das ilhas Graciosa, Flores e Corvo. No segundo ano, a continuidade do curso efetuou-se na ilha de S. Miguel e foi ministrada em três fases. A última fase do curso foi ministrada pelo professor convidado do Conservatório Nacional, José Augusto Carneiro. Por falta de apoio financeiro, não foi possível dar continuidade a tão prolífico projeto.

Em 1990, o Conservatório Regional de Ponta Delgada, como parte das comemorações do seu 25.º aniversário, organizou o “I Concurso Micaelense de Clarinete e Saxofone”, uma iniciativa dos professores Manuel Simões e Eduardo Carreiro. Este tinha como principais objetivos o encontro de jovens instrumentistas e a divulgação do repertório de ensino para os instrumentos em evidência. Meticulosamente ordenado por um regulamento, o Concurso estava organizado em três escalões. Concorreram 14 músicos, 5 em saxofone e 9 em clarinete. Por infortúnio, não se realizaram mais edições.

A partir do ano letivo de 1992/93, com o intuito de complementar a oferta curricular e adequá-la aos alunos de sopros, iniciaram-se classes de conjunto com designações distintas em função da instrumentação disponível: Banda, Conjunto de Sopros, Conjunto de Metais, Conjunto de Flautas, Conjunto de Clarinetes ou Conjuntos Vocais e Instrumentais. Nos anos letivos subsequentes a 1993/94, a chegada

de professores de formação superior em instrumentos de sopro levou ao crescimento das classes e do número de vagas para instrumentos de sopro. As últimas classes de sopros a integrarem a oferta disciplinar do CRPD foram a de oboé, no ano letivo 1993/94 e a de Fagote, no ano letivo 2009/10. Em 2004, a Portaria n.º 27/2004 de 8 de abril, na sequência do reforço e atualização das normativas de regência das estruturas curriculares do ensino básico do ensino artístico vocacional da música, determina que:

Reconhecendo também a importância do movimento filarmónico na sociedade açoriana, cria-se, como especificação do curso básico de música, a disciplina de Filarmónica, permitindo um ensino particularmente voltado para a integração de músicos em bandas civis, acomodando as especificidades instrumentais e estilísticas não contempladas no ensino tradicionalmente ministrado nos conservatórios.

Apesar de não se ter criado a disciplina de ‘Filarmónica’, conforme previsto pela nova legislação, o CRPD sustentou e apoiou, até ao presente, o acesso de músicos de filarmónicas à escola, promovendo também a interação proactiva entre as duas estruturas.

Hoje, o CRPD dispõe de duas classes de flauta transversal, duas de oboé e duas de saxofone, uma de fagote, uma de trompa, uma de trombone e uma de tuba. Estas classes são constituídas por alunos

provenientes, maioritariamente, das filarmónicas da ilha. Estes alunos dispõem, para complemento da sua formação no âmbito instrumental, da classe de conjunto de Orquestra de Sopros que, à semelhança de uma filarmónica (embora com repertório distinto) promove o conhecimento de obras originalmente compostas para sopros.

Viola da terra

Rafael Costa Carvalho

A viola da terra (viola de arame dos Açores) está associada ao Conservatório Regional de Ponta Delgada desde 1983. No ano letivo 1982/83 (com início de aulas no 3.º período), a viola da terra começa a ser lecionada nesta Escola. As aulas funcionaram em regime de Curso Livre e numa metodologia de ensino “por imitação” (de ouvido).

O primeiro formador de viola da terra, nessa modalidade de Curso Livre, foi o Mestre Miguel de Braga Pimentel. Sobre esta entrada da viola para o Conservatório foram publicados alguns artigos de jornal.

O jornalista João Silva Júnior, em Fevereiro de 1983, num artigo intitulado “A viola da terra vai ressurgir”, referindo uma quantidade de iniciativas ligadas a cursos de folclore e de viola, escreve:

Contactando de como veria o Conservatório Regional uma aula dessa natureza, a sua directora, sra. D. Natália Santos Silva, se mostrou perfeitamente receptiva à inclusão de uma tal aula, aliás, a mesma resposta que nos deu um sr. Dr. Jorge Forjaz, director dos Assuntos Culturais dos Açores, ao falar-lhe sobre o tema. Para esse fim abordámos o sub-chefe da PSP Miguel Pimentel, competente executante de viola da terra, que toca por música (a maioria dos tocadores fá-lo de ouvido) e admitimos que venha a ser um dos candidatos à regência desse instrumento no Conservatório de Ponta Delgada.⁹

Também nesse regime de Curso Livre passaram pelo Conservatório Regional, como formadores de viola da terra, Alfredo Gago da Câmara (1986/87 e 1987/88), Mário Jorge Ventura (1988/89) e Ricardo Jorge Lima Melo (1999/2000).

No ano letivo 2005/06 o professor Ricardo Jorge Lima Melo apresenta ao Secretário Regional da Educação, José Gabriel do Álamo Meneses e ao Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, presidido por Ana Paula de Me-deiros Andrade Constância, uma proposta de inclusão da viola da terra no Curso Curricular (ensino oficial). A viola da terra passou assim a ser reconhecida em todas as Escolas de Ensino Artístico da Região, inclusa na listagem oficial dos instrumentos a lecionar no Curso Básico. O Conservatório passou a contar, anualmente, com uma turma de 5 alunos, entre 2005 e 2008,

dado o regime de acumulação letiva do docente da disciplina.

Apesar da oficialização do Curso Básico de viola da terra a disciplina encontrava-se numa fase ainda muito experimental. O professor Rafael Costa Carvalho, responsável pela disciplina desde 2008/09 até à atualidade, foi incumbido de estruturar o Curso Básico produzindo a documentação, repertório e diretrizes que lhe servissem de base. Nesse ano a classe começou a funcionar com 7 alunos, passando para 10 alunos no ano seguinte. Desde 2010/11 até ao presente ao letivo a classe passou a contar, anualmente, com 14 alunos inscritos.

No ano letivo 2009/10 surge a primeira Classe de Conjunto de violas da Terra, com 3 alunos inscritos. No ano letivo 2018/19 a classe comemorou o seu décimo aniversário com um concerto que incluiu alunos de vários departamentos da escola. A classe de conjunto conta, hoje, com 8 alunos.

No ano letivo 2010/11 o professor Rafael Carvalho fez exame autoproposto de 5.º Grau de viola da terra, sendo o primeiro exame do género na instituição e no nosso país. Teve como júri: Lázaro Silva (professor de viola da terra na Escola Tomás de Borba, Ilha Terceira), Gianna De Toni e João Macedo (professores de

⁹ Diário dos Açores, Fevereiro de 1983.

Guitarra Clássica do Conservatório de Ponta Delgada).

No ano letivo 2011/2012 a aluna Beatriz Cordeiro Almeida fez o primeiro exame de 5.º grau de viola da terra, como aluna interna e como conclusão do Curso Básico no Conservatório, sendo o primeiro exame do género realizado na instituição e no nosso país. O júri contou com Lázaro Silva, Gianna De Toni e Rafael Carvalho.

O desafio seguinte foi a oficialização do Curso Secundário de viola da terra para que os alunos que concluíram o Curso Básico pudessem dar seguimento aos seus estudos.

Depois de vários anos de trabalho, a intenção de homologar o Curso Secundário de viola da terra nos Açores, após proposta do grupo parlamentar do PSD, foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa dos Açores, a 13 de Janeiro de 2016. Por orientação do Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino de Freitas de Meneses, foi nomeada pelo Conservatório Regional de Ponta Delgada uma comissão de 5 professores que teve a função de criar um “Programa para o Curso Secundário de viola da terra”. O grupo de trabalho foi constituído por Gianna De Toni, Helena Raposo, Lázaro Silva, Rafael Carvalho e Válder Tavares. Depois de formulado o documento e após várias fases de melhoria do mesmo, o Curso Secundário de viola da terra foi aprovado por despacho

do Diretor Regional da Educação José António Simões Freire a partir do ano letivo 2017/18.

No ano letivo 2017/18 o professor Rafael Carvalho fez a sua Prova de Aptidão Artística (exame autoproposto de 8.º Grau) de viola da terra, sendo o primeiro exame do género na instituição e no nosso país e que teve como júri: Ana Paula Andrade, Lázaro Silva, Gianna De Toni e João Macedo.

Esta oficialização de um curso curricular de viola da terra (viola de Arame), com Curso Básico e Secundário, na Região Autónoma dos Açores, é um caso pioneiro que continua a ser único no nosso País.

Todas estas conquistas só foram possíveis graças ao envolvimento, esforço e alerta da sociedade (civil e política), de pais, alunos e professores e pela disponibilidade contínua da escola em acarinhar a nossa viola da terra.

Testemunhos das Antigas Presidentes do Conselho Executivo

Maria Teresa de Oliveira Rodrigues

Em 1964, nasce o Conservatório Regional de Ponta Delgada. Escola particular com paralelismo pedagógico, veio, ao longo dos anos subsequentes, a lutar com dificuldades financeiras e indefinição de objetivos, que, em muito, dificultaram o normal desenvolvimento do estabelecimento de ensino.

O contexto político que se viveu a partir de 1974 permitiu que, em 1978, fosse criado pelo Governo Regional dos Açores o denominado Conservatório Regional dos Açores, tendo eu própria feito parte da sua comissão instaladora.

Em 1980, e no contexto de um recente processo autonómico, é publicado o decreto regulamentar regional que agora se comemora.

António Caldeira Cabral, primeiro diretor regional da administração escolar, em 1978, veio a assumir profundamente o processo de regulamentação do embrião académico então instituído. Tendo o Dr. Caldeira Cabral tido já um percurso governativo no ministério da educação e largo conhecimento sobre a realidade do ensino artístico em Portugal, foi, por isso, imprescindível para a concretização da base

legislativa que agora se comemora, ou seja, o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80 de 13 de Março.

Importa também referir que o avanço legislativo concretizado previa também a criação do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo e a possibilidade futura de uma estrutura similar na Horta.

Criadas as condições para o funcionamento do ensino artístico na ilha de S. Miguel, há a lamentar o fato de a escola ter sempre funcionado em instalações precárias e dispersas, o que condicionou grandemente o funcionamento e desenvolvimento da instituição, tendo esta situação sido solucionada somente passados cerca de vinte anos.

Não obstante as dificuldades, a oficialização da escola permitiu também a sua própria ampliação, mediante a abertura de polos de ensino nos concelhos do Nordeste, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Lamentavelmente, diversas circunstâncias vieram a inviabilizar a manutenção de tais extensões do conservatório.

Termino esta minha sucinta intervenção, citando a pianista Elisa Lamas, antiga professora do Conservatório Nacional e Escola Superior de Música de Lisboa, aquando das comemorações do 50º aniversário do Conservatório Regional de Ponta Delgada em 2014: “...Trata-se de uma escola de referência, dotada de um corpo docente altamente qualificado e interessado,

que formou dezenas e dezenas de músicos que se destacam, não só no nosso país como no estrangeiro, fazendo jus aos ensinamentos adquiridos. Espero, sinceramente, que continue por muitos anos, sempre na observância dos padrões de elevado nível e competência a que nos habituou e que tão valiosos frutos tem produzido.”

Susana Carvalho

A inserção do Conservatório na rede oficial de ensino, foi o reconhecimento, por parte do então Governo Regional dos Açores, de como a arte era essencial ao desenvolvimento humano.

Partindo do instituído Conservatório Regional do Açores, a base legislativa que agora se comemora, criou unidades orgânicas distintas nas ilhas de S. Miguel e Terceira, não deixando de prever a criação de uma situação similar na ilha do Faial.

Para além da responsabilidade governamental em todo o processo conducente à publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80 de 13 de Março, importa referir dois nomes também essenciais: Maria Teresa de Freitas Oliveira Rodrigues e Maria Natália Santos Silva.

Considerando o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80 de 13 de Março uma grande evolução institucional, esse, permitiu uma organização funcional quanto à

definição de condições laborais e, a possibilidade de contratação de elementos de origem nacional e internacional, o que veio a impulsionar o crescimento da escola.

A nível pedagógico, o então instituído, também se demonstrava catalisador de uma inclusão no meio musical envolvente, salvaguardando a possibilidade de um alargamento da escola a um público mais vasto, confirmando a cessação do pagamento de propinas, questão associada à reafirmação pública da educação artística.

Não tão positivo, foram as instalações em que, durante mais de duas décadas, a escola funcionou. Só em 2003, a escola veio a obter um espaço adequado, deixando de funcionar simultaneamente em dois edifícios, facto que veio a ocorrer enquanto desempenhei funções de presidente do conselho executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada. Nessa altura, e grata pelo apoio governamental consagrado, tanto a nível presidencial como na pessoa do Dr. Álamo de Menezes, então Secretário Regional da Educação e Cultura, foi concretizado o sonho de dotar a escola de um espaço digno.

Contudo, assumida toda uma sustentação para o desenvolvimento do ensino artístico, a evolução que daí resultou, não foi acompanhada de um estudo e consequente reforma da estrutura curricular. Exceto algumas situações pontuais, como por exemplo a concessão de um quadro docente

adequado à realidade da viragem do século, questão de primordial importância, volvidos quarenta anos de um reconhecimento institucional, urge adaptar o instituído à realidade atual, adaptando a escola à exigência artística inerente a um panorama musical global.

Um conservatório com história...

Ana Paula Andrade

Comemoramos 40 anos como Escola Pública de Ensino Artístico. Comemoramos 55 anos como Conservatório de Ponta Delgada, e este ano assinalam-se 98 anos de uma Academia de Música que foi o berço do ensino artístico nos Açores.

Em 1980, era eu aluna finalista do curso complementar de piano, o nosso conservatório passou a estabelecimento de ensino público, fruto do regime democrático e do governo autonómico, ampliando a sua missão, alargando oportunidades e assegurando mais acessibilidade ao ensino artístico.

Desde os primeiros anos em que comecei a fazer parte desta família, percebi que a música seria o meu percurso de vida! Graças aos ensinamentos e ao carinho que sempre recebi... graças ao bem-estar e alegria que esta escola sempre me proporcionou... graças ao exemplo das minhas queridas professoras, que me contagiou...

graças à amizade e convívio com os meus queridos colegas... Tudo me fez crescer e contribuiu para ser a pessoa que hoje sou!

Após terminar o curso superior, tive a sorte de integrar o corpo docente do “meu” conservatório, e de trabalhar, lado a lado, com as minhas estimadas professoras que, para mim, continuaram a ser fonte de inspiração para a nobre tarefa de ensinar a sublime arte da música. Iniciei cedo a experiência de gestão, com o grato privilégio de pertencer ao conselho executivo presidido por Maria Teresa Oliveira Rodrigues.

Em 2004, assumi o cargo de presidente do conselho executivo, cargo que desempenhei durante os últimos 15 anos. Foram anos de muito trabalho, de muitas preocupações, mas também de muitas alegrias e recompensas. Conjuntamente com as vice-presidentes que me acompanharam nos últimos 12 anos - Sílvia Oliveira e Jane Cockshott -, o lema foi servir o ensino da Música e a Música, tendo como principal foco a formação dos nossos alunos, a pedra fundamental deste complexo organismo vivo que é a comunidade educativa. Destaco a dinamização de atividades extra letivas, como complemento formativo e por forma a alargar as experiências e vivências musicais dos nossos alunos: estágios de orquestra, *masterclasses*, intercâmbios nacionais e internacionais. Foi nossa preocupação a abertura do conservatório à

comunidade, a intensificação do apoio às Bandas Filarmônicas, a estabilização e qualificação do corpo docente... apelando sempre à colaboração de todos e à participação democrática da comunidade escolar.

Termino, expressando a minha profunda alegria pela forma como as sucessivas gerações têm sabido contribuir para manter bem viva a nossa escola de ensino especializado da música.